

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	7
AUTORES	9
ABSTRACT	11
ABREVIATURAS	13

DECRETO-LEI N.º 280/2007, DE 7 DE AGOSTO

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	18
ARTIGO 1.º – Objeto e âmbito (<i>João Miranda</i>)	18
ARTIGO 2.º – Princípios gerais (<i>Jorge Pação</i>)	27
ARTIGO 3.º – Boa administração (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	33
ARTIGO 4.º – Onerosidade (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	40
ARTIGO 5.º – Equidade (<i>Jorge Pação</i>)	44
ARTIGO 6.º – Consignação (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	47
ARTIGO 7.º – Concorrência (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	49
ARTIGO 8.º – Transparência (<i>João Miranda</i>)	52
ARTIGO 9.º – Proteção (<i>Filipe Brito Bastos</i>)	57
ARTIGO 10.º – Colaboração (<i>Jorge Pação</i>)	63
ARTIGO 11.º – Responsabilidade (<i>Ana Gouveia Martins</i>)	65
ARTIGO 12.º – Controlo (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	76
ARTIGO 13.º – Direcção-Geral do Tesouro e Finanças (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	78
 CAPÍTULO II – DOMÍNIO PÚBLICO	 80
SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	80
ARTIGO 14.º – Classificação (<i>Ana Gouveia Martins</i>)	80

ARTIGO 15.º – Titularidade (<i>João Miranda</i>)	90
ARTIGO 16.º – Afetação (<i>Jorge Pação</i>)	95
ARTIGO 17.º – Desafetação (<i>Marco Capitão Ferreira/Jorge Pação</i>)	107
ARTIGO 18.º – Inalienabilidade (<i>Filipe Brito Bastos</i>)	114
ARTIGO 19.º – Imprescritibilidade (<i>Jorge Pação</i>)	123
ARTIGO 20.º – Impenhorabilidade (<i>Filipe Brito Bastos</i>)	129
ARTIGO 21.º – Autotutela (<i>Filipe Brito Bastos</i>)	132
SECÇÃO II – UTILIZAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO	144
ARTIGO 22.º – Reservas dominiais (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	144
ARTIGO 23.º – Cedências de utilização (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	145
ARTIGO 24.º – Mutações dominiais subjetivas (<i>Marco Capitão Ferreira/Jorge Pação</i>)	146
SECÇÃO III – UTILIZAÇÃO POR PARTICULARES	152
SUBSECÇÃO I – USO COMUM	152
ARTIGO 25.º – Uso comum ordinário (<i>João Miranda</i>)	152
ARTIGO 26.º – Uso comum extraordinário (<i>João Miranda</i>)	156
SUBSECÇÃO II – UTILIZAÇÃO PRIVATIVA	160
ARTIGO 27.º – Títulos de utilização privativa (<i>Ana Gouveia Martins</i>)	160
ARTIGO 28.º – Conteúdo da utilização privativa (<i>Ana Gouveia Martins</i>)	170
ARTIGO 29.º – Extinção (<i>Ana Gouveia Martins</i>)	179
SECÇÃO IV – EXPLORAÇÃO	188
ARTIGO 30.º – Concessão de exploração (<i>Ana Gouveia Martins</i>)	188
 CAPÍTULO III – DOMÍNIO PRIVADO	 195
SECÇÃO I – AQUISIÇÃO	195
ARTIGO 31.º – Formas de aquisição (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	195
SUBSECÇÃO I – AQUISIÇÃO ONEROSA	209
ARTIGO 32.º – Competência (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	209
ARTIGO 33.º – Consulta prévia (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	211
ARTIGO 34.º – Consulta ao mercado (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	214
ARTIGO 35.º – Procedimento da consulta ao mercado (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	214
ARTIGO 36.º – Dispensa de consulta ao mercado (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	220
ARTIGO 37.º – Representação (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	223
SUBSECÇÃO II – AQUISIÇÃO GRATUITA	225
ARTIGO 38.º – Heranças, legados e doações (<i>João Miranda</i>)	225
ARTIGO 39.º – Procedimento de aceitação (<i>João Miranda</i>)	228
ARTIGO 40.º – Representação (<i>João Miranda</i>)	230

ARTIGO 41.º – Fins das heranças, legados e doações (<i>João Miranda</i>)	231
SUBSECÇÃO III – ARRENDAMENTO E LOCAÇÃO FINANCEIRA	232
ARTIGO 42.º – Competência (<i>Jorge Pação</i>)	232
ARTIGO 43.º – Procedimento (<i>Jorge Pação</i>)	242
ARTIGO 44.º – Locação financeira (<i>Jorge Pação</i>)	244
SUBSECÇÃO IV – REGISTOS	248
ARTIGO 45.º – Competência (<i>João Miranda</i>)	248
ARTIGO 46.º – Justificação administrativa (<i>João Miranda</i>)	251
ARTIGO 47.º – Listas provisórias (<i>João Miranda</i>)	255
ARTIGO 48.º – Listas definitivas (<i>João Miranda</i>)	258
ARTIGO 49.º – Regularização (<i>João Miranda</i>)	259
ARTIGO 50.º – Isenção de licenciamento ou de autorização administrativa (<i>João Miranda</i>)	260
ARTIGO 51.º – Operações urbanísticas posteriores (<i>João Miranda</i>)	263
SECÇÃO II – ADMINISTRAÇÃO	265
ARTIGO 52.º – Noção (<i>João Miranda</i>)	265
SUBSECÇÃO I – CEDÊNCIA DE UTILIZAÇÃO	268
ARTIGO 53.º – Competência (<i>João Miranda</i>)	268
ARTIGO 54.º – Onerosidade (<i>João Miranda</i>)	271
ARTIGO 55.º – Procedimento (<i>João Miranda</i>)	272
ARTIGO 56.º – Despesas e encargos com a conservação e a manutenção (<i>João Miranda</i>)	274
ARTIGO 57.º – Fiscalização (<i>João Miranda</i>)	274
ARTIGO 58.º – Restituição (<i>João Miranda</i>)	274
SUBSECÇÃO II – ARRENDAMENTO DE IMÓVEIS DO ESTADO	276
ARTIGO 59.º – Competência (<i>Jorge Pação</i>)	276
ARTIGO 60.º – Negociação e hasta pública (<i>Jorge Pação</i>)	281
ARTIGO 61.º – Ajuste direto (<i>Jorge Pação</i>)	282
ARTIGO 62.º – Representação (<i>Jorge Pação</i>)	287
ARTIGO 63.º – Aplicação da lei civil (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	287
ARTIGO 64.º – Denúncia (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	288
ARTIGO 65.º – Indemnização (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	289
ARTIGO 66.º – Antecipação de rendas (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	293
SUBSECÇÃO III – DIREITO DE SUPERFÍCIE	295
ARTIGO 67.º – Constituição (<i>Ana Gouveia Martins</i>)	295
ARTIGO 68.º – Competência (<i>Ana Gouveia Martins</i>)	306
ARTIGO 69.º – Superficiário (<i>Ana Gouveia Martins</i>)	308

ARTIGO 70.º – Prazo (<i>Ana Gouveia Martins</i>)	310
ARTIGO 71.º – Transmissão (<i>Ana Gouveia Martins</i>)	311
ARTIGO 72.º – Indemnização (<i>Ana Gouveia Martins</i>)	313
SUBSECÇÃO IV – CASAS DE FUNÇÃO	314
ARTIGO 73.º – Atribuição (<i>Filipe Brito Bastos</i>)	314
ARTIGO 74.º – Utilização (<i>Filipe Brito Bastos</i>)	317
ARTIGO 75.º – Restituição (<i>Filipe Brito Bastos</i>)	318
SUBSECÇÃO V – OCUPAÇÃO SEM TÍTULO	322
ARTIGO 76.º – Despejo (<i>Filipe Brito Bastos</i>)	322
SECÇÃO III – VENDA	325
SUBSECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	325
ARTIGO 77.º – Imóveis alienáveis (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	325
ARTIGO 78.º – Competência (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	327
ARTIGO 79.º – Avaliação (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	328
ARTIGO 80.º – Procedimentos (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	329
ARTIGO 81.º – Escolha do procedimento (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	331
ARTIGO 82.º – Condições (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	335
ARTIGO 83.º – Preferência (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	337
ARTIGO 84.º – Informação e publicidade (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	337
ARTIGO 85.º – Modalidade de pagamento (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	340
ARTIGO 85.º-A – Transmissão de propriedade (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	341
SUBSECÇÃO II – HASTA PÚBLICA	342
ARTIGO 86.º – Tramitação (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	342
ARTIGO 87.º – Anúncio (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	344
ARTIGO 88.º – Direção (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	346
ARTIGO 89.º – Propostas (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	346
ARTIGO 90.º – Participação (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	348
ARTIGO 91.º – Praça (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	348
ARTIGO 92.º – Adjudicação (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	350
ARTIGO 93.º – Idoneidade (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	351
ARTIGO 94.º – Pagamento (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	352
ARTIGO 95.º – Não adjudicação (<i>Miguel Assis Raimundo</i>)	352
SUBSECÇÃO III – NEGOCIAÇÃO	356
ARTIGO 96.º – Objeto (<i>Jorge Pação</i>)	356
ARTIGO 97.º – Tramitação (<i>Jorge Pação</i>)	359
ARTIGO 98.º – Anúncio (<i>Jorge Pação</i>)	359
ARTIGO 99.º – Direção (<i>Jorge Pação</i>)	360

ARTIGO 100.º – Candidaturas (<i>Jorge Pação</i>)	361
ARTIGO 101.º – Abertura (<i>Jorge Pação</i>)	363
ARTIGO 102.º – Negociação (<i>Jorge Pação</i>)	363
ARTIGO 103.º – Apreciação (<i>Jorge Pação</i>)	364
ARTIGO 104.º – Regime subsidiário (<i>Jorge Pação</i>)	366
SUBSECÇÃO IV – AJUSTE DIRETO	367
ARTIGO 105.º – Tramitação (<i>Jorge Pação</i>)	367
ARTIGO 106.º – Regime subsidiário (<i>Jorge Pação</i>)	368
SECÇÃO IV – PERMUTA	369
ARTIGO 107.º – Requisitos (<i>Jorge Pação</i>)	369
SECÇÃO V – AVALIAÇÕES	372
ARTIGO 108.º – Competências (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	372
ARTIGO 109.º – Avaliadores qualificados (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	373
ARTIGO 110.º – Objetivos e critérios (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	375
ARTIGO 111.º – Despesas (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	379
 CAPÍTULO IV – DEVERES DE COORDENAÇÃO DE GESTÃO E DE INFORMAÇÃO	 381
SECÇÃO I – DISPOSIÇÕES GERAIS	381
ARTIGO 112.º – Objetivos de coordenação da gestão patrimonial (<i>Sara Azevedo/David Pratas Brito</i>)	381
ARTIGO 113.º – Programa de Gestão do Património Imobiliário (<i>Sara Azevedo/David Pratas Brito</i>)	383
ARTIGO 113.º-A – Execução do Programa de Gestão do Património Imobiliário (<i>Sara Azevedo/David Pratas Brito</i>)	388
ARTIGO 114.º – Programa de inventariação (<i>Sara Azevedo/David Pratas Brito</i>)	392
ARTIGO 115.º – Informação à Assembleia da República (<i>Sara Azevedo/ David Pratas Brito</i>)	397
ARTIGO 116.º – Âmbito objetivo (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	398
ARTIGO 117.º – Âmbito subjetivo (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	400
SECÇÃO II – INVENTÁRIO	402
ARTIGO 118.º – Competências (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	402
ARTIGO 119.º – Conta Geral do Estado (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	403
ARTIGO 120.º – Responsabilidade financeira (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	405
 CAPÍTULO V – DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS	 408
ARTIGO 121.º – Delegação de competências (<i>Jorge Pação</i>)	408

ARTIGO 122.º – Contratação de outras entidades (<i>Ana Gouveia Martins</i>)	410
ARTIGO 123.º – Regulamentação (<i>Marco Capitão Ferreira/Sara Azevedo/David Pratas Brito</i>)	413
ARTIGO 124.º – Norma transitória (<i>Sara Azevedo/David Pratas Brito</i>)	418
ARTIGO 125.º – Indemnização nos contratos de arrendamento (<i>Sara Azevedo/David Pratas Brito</i>)	419
ARTIGO 126.º – Arrendamento de bens imóveis do domínio privado das autarquias locais (<i>Jorge Pação</i>)	420
ARTIGO 127.º – Casas de função (<i>Filipe Brito Bastos</i>)	422
ARTIGO 128.º – Norma revogatória (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	423
ARTIGO 129.º – Entrada em vigor (<i>Marco Capitão Ferreira</i>)	425
BIBLIOGRAFIA	427